

## **A importancia da formação de professores para atuarem em classes de alunos com deficiência**

### **The importance of teacher training for working with disabled students**

DOI:10.34117/bjdv9n1-287

Recebimento dos originais:16/12/2022

Aceitação para publicação: 19/01/2023

#### **Luciana Figueredo Almeida**

Mestranda em Educação

Instituição: Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP)

Endereço: Estr. de Itapeperica, 5859, Capao Redondo, São Paulo - SP, CEP: 05890-020

E-mail: lucianafialgo@yahoo.com.br

#### **Patrícia dos Santos Costa de Oliveira**

Mestranda em Educação

Instituição: Universidade de Caxias do Sul (UCS)

Endereço: R. Francisco Getúlio Vargas, 1130, Petrópolis, Caxias do Sul - RS,

CEP: 95070-560

E-mail: pattideoliveira@hotmail.com

#### **Jefferson Davi Ferreira Dos Santos**

Capitão -Tenente (IM) da Marinha do Brasil, Doutorando em Contabilidade e Administração pela Fucape Business School

Instituição: Instituto Federal do Mato Grosso

Endereço: R. Taquarí, 831, Santo Antonio, Campo Grande - MS, CEP: 79100-510

E-mail: jefferson\_davi@hotmail.com

#### **José Carlos Guimarães Junior**

Doutor em Biodiversidade e Biotecnologia - Rede Bionorte

Instituição: Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

Endereço: R. Bloco Um e Três, 4-40, Platô do Piquiá, Boca do Acre - AM,

CEP: 69850-000

E-mail: profjc65@hotmail.com

#### **Eliéte Zanelato**

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Instituição: Departamento de Ciências da Educação do Campus de Ariquemes da Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Endereço: Av. Pres. Dutra, 2965, Olaria, Porto Velho - RO, CEP: 76801-058

E-mail: eliete@unir.br

**Erisson Jordan Ferreira Fonseca**

Pós-Graduando Lato Sensu em História do Brasil e Língua Portuguesa e Literatura Brasileira

Instituição: Faculdade Única de Ipatinga (FUNIP).

Endereço: Povoado Cabeça Dantas, 178, Zona Rural, Belém – Alagoas,  
CEP: 57630-000

E-mail: erisson.fonseca@gmail.com

**Rayra Chrystina Veiga Campos**

Doutoranda em Educação

Instituição: Universidade Columbia – Py

Endereço: 25 De Mayo, Asunción, Paraguai

E-mail: rayraped@hotmail.com

**Tarciana Cecília de Souza Ferreira**

Doutoranda em Educação

Instituição: Universidade Estácio de Sá (UNESA)

Endereço: Av. Sen. Souza Naves, 1715, Cristo Rei, Curitiba - PR, CEP: 80050-040

E-mail: tarciana.ferreira@prof.educ.rec.br

**Savio Lima Costa e Silva**

Mestre em Educação

Instituição: Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)

Endereço: Av. José Acácio Moreira, 787, Dehon, Tubarão - SC, CEP: 88704-900

E-mail: engenheirosaviolima@gmail.com

**Hellygenes de Oliveira**

Doutorando em Educação

Instituição: Universidade Estácio de Sá (UNESA)

Endereço: Av. Sen. Souza Naves, 1715, Cristo Rei, Curitiba - PR, CEP: 80050-040

E-mail: hellygenes@hotmail.com

**Francisco Carneiro Braga**

Doutorando em Educação

Instituição: Universidade Estácio de Sá (UNESA)

Endereço: Av. Sen. Souza Naves, 1715, Cristo Rei, Curitiba - PR, CEP: 80050-040

E-mail: franciscocarneirob@hotmail.com

**Marttem Costa de Santana**

Doutor em Tecnologia e Sociedade pela Universidade Tecnológica Federal (UTFPR)

Instituição: Colégio Técnico de Floriano - Universidade Federal do Piauí (CTF - UFPI)

E-mail: marttemsantana@ufpi.edu.br

**RESUMO**

O artigo apresentado se refere a um estudo da importância da formação do professor para atuar em classe especial. A Inclusão deste alunado, mobiliza a família, a sociedade e a comunidade escolar a este novo processo que chegou a sala de aula. Movimento com que a escola se adapte aos princípios do novo paradigma, que se estende da convivência com os portadores de necessidades especiais, todos convivendo em um espaço comum e com a mudança da organização do currículo pedagógico da escola. Falando do aluno portador

de deficiente, sabe se que a sua inclusão na escola, se procede respeitando a lei da inclusão. E trabalhar voltado ao sucesso dentro de suas possibilidades para um futuro melhor. Todos, ou a comunidade escolar, devem ter assegurado seu direito de acesso e permanência na escola pública de qualidade, ajudando, assim, proporcionar a ele uma vida independente dentro de suas possibilidades e uma visão crítica diante a fatos do cotidiano.

**Palavras-chave:** inclusão, deficiência, ensino, aprendizagem.

### **ABSTRACT**

The article presented refers to a study of the importance of teacher training to work in special classes. The inclusion of these students mobilizes the family, the society and the school community to this new process that has reached the classroom. It moves the school to adapt to the principles of the new paradigm, which extends from coexistence with people with special needs, all living in a common space and with the change of the organization of the school's pedagogical curriculum. Talking about disabled students, it is known that their inclusion in school is done respecting the inclusion law. And working towards success within their possibilities for a better future. Everyone, or the school community, should have the right of access and permanence in a quality public school assured, thus helping to provide him/her with an independent life within his/her possibilities and a critical view before the facts of everyday life.

**Keywords:** inclusion, disability, teaching, learning.

## **1 INTRODUÇÃO**

Este estudo se refere sobre a da importância da formação do professor para atuar em classe especial. Influenciada por diretrizes internacionais, a inclusão escolar vem se estruturando como uma das principais linhas de prioridade na legislação brasileira desde os anos noventa, aliada aos princípios da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994). A legislação brasileira parte do princípio que a educação inclusiva se procede como reestruturação de uma parte da educação de pessoas ou núcleos excluídos da escola comum na sua série e idade, tem como culpado muitas vezes a etnia, gênero, idade e deficiência, entre outros.

No presente trabalho será dada especial atenção a formação do professor e ao aluno portador de deficiência que frequenta a escola, a classe comum. Este trabalho está dividido, e será descrito em partes, uma compondo a outra ou será dada uma sequência no tema, faremos a contextualização dos aspectos de memorial da inclusão, relato, de forma bem essencial, o fazer, ou o processo de ensino aprendizagem de alunos portadores deficiência. Seguindo apresentado algumas considerações de como atender estes alunos para uma melhor qualidade das respostas educacionais, dentro da escola inclusiva,

elencando: formação do professor, acolhedor e capacitado. Finalizando as considerações finais e a biografia.

O procedimento metodológico usado no decorrer da pesquisa foi de cunho biográfico dentre os autores enunciados, que nos auxiliaram na análise do fenômeno da inclusão escolar do portador de deficiência, e a formação dada ao educador na área e como ambos se sentem acolhido na escola comum.

Resgatar as políticas da inclusão de alunos portadores de deficiências, 1968, a UNESCO, com o grupo de especialistas, exerceu o programa direcionado ao atendimento de alunos portadores de deficiência – surgiu as bases e conceitos que hoje aceito como Educação Especial. Ressaltado em outros trechos que:

“Os objetivos da Educação Especial destinada às crianças com deficiências mentais, sensoriais, motoras ou afetivas são muito similares aos da educação geral, quer dizer: possibilitar ao máximo o desenvolvimento individual das aptidões intelectuais, escolares e sociais.” (UNESCO, 1968, p. 12).

A partir de 1970, os países comovidos com a questão colocaram em funcionamento parte das iniciativas, Santos (1997) diz que ações de mudanças foram almeçadas em inúmeros países da Europa a partir do conhecimento da “filosofia da inclusão”, nos anos 60 do século passado. O que moveu a perspectiva de mudança foi a escola tradicional enraizada na sociedade, que sentia uma necessidade e uma certa responsabilidade de incluir estes portadores de deficiências no processo educacional.

Em 1986 Madeleine Will, com “Regular Educative Initiative”, a educação de pessoas com deficiência torna se compromisso da educação regular, dando força, aos programas de educação especial em parceria com a Educação Regular (Stainback e Stainback, 1999, p. 40).

Seus princípios de inclusão, segundo (Cf. Mendes 1999):

- a) a marcação é prejudicial;
- b) os atendimentos ensino especializado são ineficazes;
- c) os portadores de deficiência sofrem discriminações e,
- d) as normas morais têm que prevalecer.

A percepção na educação resumiu-se, em sua prática original, à inclusão de alunos com deficiência nas escolas comuns, e avaliado como insuficiente. Era preciso fazer adaptações nas instituições com demandas de alunos especiais. Na década de 1990, no Brasil, surge discussões em torno do modelo de atendimento especial escolar, chamado

de inclusão escolar. Novo paradigma a reação contrária ao processo de inclusão, sua efetivação tem gerado controvérsias. Inclusão vista e trabalhada como educação especial de forma contrária ao conceito de inclusão, que é colocar os alunos que com necessidades educacionais especiais na sala do ensino regular.

Na década de 90 princípios são elencados e abraçados, apoiados em documentos de vários países, com a Educação para Todos, Jomtien – Tailândia anos 1990 a Declaração de Salamanca - Espanha ,1994. Elaborado a “Declaração de Salamanca um caminho de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais”, que “inspirada na igualdade de valor entre as pessoas, propõe ações a serem assumidas pelos governos em atenção às diferenças individuais” (CARVALHO, 1998, p. 146).

Conforme a Declaração de Salamanca (BRASIL,1994), inclusão é um desafio para as escolas, o direito à educação é para todos.

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; (Salamanca,1994).

A Declaração de Salamanca entende que todo o alunado, assim que possível, precisam aprender unidos, independentemente de suas capacidades. Concomitante a quem precisar a escola especial, em casos que a educação regular não supre às condições necessárias educativas e sociais do aluno. A Declaração de Salamanca veio chamar atenção dos governantes para aplicar e investir no redimensionamento de escolas, para promover o atendimento, a todas as crianças, com qualidade e respeito a suas diferenças e dificuldades.

## **2 O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA**

Não podemos fechar os olhos e se negar a causas pessoais de limitações neurológica e intelectual, de uma pessoa, que precisam de ajuda e apoio especiais para sua formação e condição escolar. Cabe a escola proporcionar, recursos didáticos e paradidáticos para que os mesmos consigam ter possibilidades de andar além de seus limites diários, e crescer como cidadão.

Dificuldades apresentadas pelo portador de deficiência levado a escola principalmente os professores a propor atividades de menor complexidade para garantir

a sua aula, com isso o portador de deficiência sente se cada vez mais retraído devido a circunstâncias geradas por sua aparente causa, são práticas que não auxiliam no desenvolvimento cognitivo, onde os próprios se rotulam de baixa expectativa e autoestima.

(TELFORD e SAWREY, 1988). De acordo com Tessaro (2005), acredita-se que as limitações maiores na deficiência não estão relacionadas com a deficiência em si, mas com veracidade e as ofertas que são ocasionadas aos portadores de deficiência. Para a autora, a vida de uma pessoa deficiente passa a rodar em volta de seus limites e da não capacidade, quando as suas potencialidades e aptidões não são levadas em conta. Estudos demonstram que os problemas enfrentados pelo indivíduo que apresenta deficiência mental são mais de limitações e deficiências da sociedade e do meio do que do próprio organismo deficiente (OMOTE, 1994).

Nas palavras de Omote (1994) O nome deficiente se refere a um status adquirido por essas pessoas. Nesse modo de encarar a deficiência, uma variável crítica é a audiência, porque é ela que, em última instância vai determinar se uma pessoa é deficiente ou não. Significa que ninguém é deficiente apenas pelas qualidades que possui ou que deixa de possuir. Uma pessoa só pode ser deficiente perante uma audiência que a considera, segundo seus critérios como deficiente (p. 07).

Portanto, não se pode pensar a questão da deficiência sem se analisar o tipo de relação que as pessoas, de modo geral, estabelecem com os indivíduos deficientes mentais. Como a sociedade não está preparada para lidar com as diferenças manifestadas pelas pessoas com deficiência mental, de uma maneira geral, passa a culpá-las por suas próprias impossibilidades e limitações. Atentar apenas para os aspectos orgânicos da deficiência mental é desconsiderar os aspectos sociais e isentar a sociedade de sua responsabilidade na constituição da deficiência mental.

Mostrar o caminho para intervir nas habilidades deficitárias, aos educadores devem ajudar ao deficiente mental as incapacidades manifestadas, agir conforme suas habilidades negativas, podendo, assim, auxiliar no desempenho dos mesmos.

A deficiência está na escola, não temos mais como negar, o professor precisa ter um olhar diferenciado sobre estes alunos. Consideradas as deficiências destes alunos como condição e adentrar o mesmo para a sala de aula e o currículo escolar.

De acordo com Mantoan (1997), o período de inclusão quer da escola novas ferramentas de aprendizagem, providentes de mudança dos professore e da instituição,

deixar de lado o conservadorismo e suas práticas, seguir um caminho a uma educação voltada em atender as reais necessidades do alunado.

Hoje encontramos em documentos referente à educação de alunos com deficiência, o auge é o pilar da inclusão digo eixo norteador, o atendimento é compartilhar, mas não muito bem aceita dentro da escola comum. Todo um discurso exclusivista, fica a pergunta o pilar norteador vai se tornar realidade, está a clara, que os alunos devem ter matriculas em escolas regulares, isso por si, não vem ajudar ao desenvolvimento esperado do aluno.

Carvalho (1997) se refere a inclusão como um "processo" e por isso, “deve ser paulatinamente conquistada”. Induz a real mudança de paradigma, numa linha cultural que vem apropriada a conviver com o aluno "diferente", necessariamente, qualquer tipo de mudança vai ter que ser conquistada devagar e com muito zelo. Não podemos discutir o paradigma da inclusão sem falar na formação do professor. A escola, a educação deve estar atenta ao fato da inclusão, como a mesma vem se dando em sala de aula, “os alunos com deficiências estão chegando hoje na sala regular, e a maioria esmagadora dos professores não sabe o que fazer com eles”. (Glat, Rosana. Adaptação Curricular, OLIVEIRA Eloíza da S. Gomes 2007).

## 2.1 FORMAÇÃO DO PROFESSOR: ACOLHEDOR E CAPACITADO

Sabemos que a escola inclusa, resiste muito ao receber alunos portadores de deficiência mental, mais preciso ainda quando se trata do ensino médio, professores e profissionais da educação, geram resistência a enfrentar o desafio oferecido pelo da escola inclusiva, o que não e tão irreal, sem uma formação especifica, desprovido de ferramentas necessárias para o atendimento diante ao desafio.

A resistência aparece e se instala devido, a não problematização da inclusão, raramente, o assunto e discutido em momentos de formação. A inclusão escolar pode ser real quando o professor da classe comum estiver monitorado e se sentir apto ao trabalho, pode “mudar sua forma de ensinar e adaptar o que vai ensinar” – (Flat, Rosana. Adaptação Curricular, OLIVEIRA Eloíza da S. Gomes 2007) para desenvolver as barreiras de alunos, e não somente aos portadores de deficiência mental.

Não temos a receita pronta, a escola o currículo deve se adaptar as deficiências dos alunos e trabalhar as em consonância com os conteúdos programáticos, ensino médio,

jovem que está a caminho do vestibular e a entrada no trabalho, visa e requer muitas habilidades para melhor se adequar as exigências da sociedade.

A seguir Carvalho (2007) comenta sobre a Formação de educadores:

Mas reconhecer que necessitamos de atualização, já é o início de um processo que nos tira do imobilismo e da acomodação e que, por nos inquietar, gera movimentos de busca e de renovação. Pode ser sofrido e custoso, mas, convenhamos, a vivência da inquietação é que nos faz avançar. (CARVALHO, 2006, p. 159).

Para atuar como professor, com alunos portadores de deficiência requer vários quesitos. De nada vale ser professor graduado, pôs em educação inclusiva, precisa muito mais: muita vontade de aprender a cada dia, sempre estudar e se atualizar, novas pesquisas, novas técnicas de sala de aula, novas tecnologias que devem entrar nas escolas, trocar experiências com demais profissionais, para fortificar a sua atuação com estes alunos.

A Lei de Diretrizes e Bases é clara no princípio inclusivo, a adoção e implementação de estruturas curriculares flexíveis, que abrange à diversidade do aluno matriculado na escola, vem sendo objeto de reflexão nas diretrizes curriculares e na formação continuada em relação ao conceito de Escola Inclusiva. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial (MEC / SEESP, 1998), ...requer uma nova visão na escola comum, que se inclua no projeto político pedagógico, em seu currículo, na sua metodologia, na filosofia, na avaliação e no comportamento dos alunos, atitudes que auxiliam o convívio social e atitudes de heterogenias.

Para inserir o aluno portador de diferenças na sala comum, há certa obrigatoriedade de adaptar ferramentas que possibilitam, sem agressão, a integração ao sistema educacional, social e emocional com colegas e professores e aos objetos de conhecimento da cultura. Difícil e complexa, mas prioritária e concreta! “De fato, um currículo inclusivo deve contar com adaptações para atender à diversidade das salas de aula, dos alunos” (LANDÍVAR, 1999, P.53).

Se analisar as palavras do autor, percebe-se com nitidez que cada aluno é único, dentro de suas limitações, para ensinar a escola precisa adentrar a adequações em seu currículo com propostas para diferentes níveis de series ou anos, para a garantia ao acesso do conhecimento previsto como os demais alunos da turma.

A formação continuada é uma das estratégias que nos permite desalojar o estatuído, substituindo-o por novas teorias e novas práticas alicerçadas em

outra leitura de mundo e, principalmente, nas crenças da infinita riqueza de potencialidades humanas (as nossas e de nossos alunos)! Convém trazer para a discussão o sentido e o significado da formação continuada que não coloca apenas, restrita aos cursos oferecidos aos professores para se atualizarem. Reconheço que eles são necessários, que trazem muitas informações e novas teorias, mas a experiência mostra que se tornam insuficientes se houver, como rotina das escolas, encontros de estudos e de discussão sobre o fazer pedagógico, envolvendo a comunidade escolar. (CARVALHO, 2006, p. 159).

Adaptações Curriculares podem ser implementadas, quanto aos suportes disponível ou serem providenciados, levar em consideração as características e necessidade individuais de cada aluno, dentro da área de apoio, e as mais capazes a ter uma resposta às necessidades do mesmo. "Como e quando e qual é a melhor forma de organizar o ensino para que todos saiam beneficiados" (MEC, 1992 apud MANJÓN, 1995, p. 82).

Sendo que as mesmas são estratégicas políticas, de administração, tecnológicas devidamente instauradas para priorizar às necessidades educacionais do aluno, também às necessidades educacionais especiais, de ajudar ao acesso do conhecimento e o uso funcional, na vida, e no decorrer de suas atividades diárias ao meio em que se insere.

Falando ao âmbito da adversidade, poucos matriculados chegam ao ensino médio, pode se elencar uma parte da culpa a sociedade brasileira mais precisa a escola, que não consegue levar as matriculas até tal ano, ou nível de escolaridade. Segundo Dias e Oliveira (2012), de alguma maneira, eles estão incentivados, com a certeza de seus avanços, mudanças nas e as características frente a sua deficiência e de si mesmos.

O aluno portador de deficiência intelectual, inserido em turmas regulares, é um desafio e um desequilíbrio ao ambiente escolar e produz a obrigatoriedade de repetição das ferramentas pedagógicas rotineiras, sabemos que se faz preciso novos métodos de ensino, outras estratégias significantes para atingir o potencial destas matriculas, relevando e considerando as suas diferenças (Oliveira, 2005).

No mesmo caminho, Padilha (2001) diz que o portador de deficiência intelectual, é visto atualmente como um desafio para os professores que acostumaram ao trabalho da sala comum, num modelo igualitário de ensino aprendizagem, e que não consegue alcançar a diversidade social humana várias maneiras de ensinar aos diferentes.

Professores são, desafiados frente as políticas públicas da educação, pregam e estimam a escolarização regular para todos por igual, o que inversamente se constatou neste estudo diante a leitura, no ensino médio, chega um grupo mínimo de portadores de deficiência mental. Remetendo a visão de não ver o aluno com deficiência intelectual, nas

turmas comuns, o que edifica o pensar de Dias e Oliveira (2012), segundo a deficiência intelectual na maioria dos casos não tem registros externos na pessoa identificando ela como especial, o que deixa ser despercebida diante os olhos da escola, invisíveis na capacidade de ensino e aprendizagem e no desenvolver habilidades, faz compreender que a mesma é indiferente na sala.

Ter ou dizer que é uma escola inclusiva e não dar deficiente intelectual a certeza de ser igualitário aos demais nos processos de desenvolvimento parecidos aos seus colegas não diagnosticados de deficiência (Freitas, 2007). O aluno com deficiência se ocupa fisicamente em um espaço escolar regular, mas, simbolicamente, não se faz pertencer ao mesmo espaço.

O dia-a-dia da sala de aula, desde que submetido a uma avaliação crítica e compartilhada, pode ser mais útil ao professor do que um conjunto de livros ou de apontamentos que acabam no fundo de uma gaveta ou das prateleiras. Penso que a questão é valorizar espaços de discussão, estabelecendo-os nas escolas com uma das atividades sistemáticas previstas no projeto político-pedagógico. (CARVALHO, 2006, p. 159).

Carvalho (2006), os alunos com deficiência intelectual são praticamente olhados com um olhar único: como, infantilização, isso leva a desconsiderar as suas vivências. Colocam uma negação a sua vontade de atuar na sociedade, e a sociedade deixa de valorizar e fazer uso de suas possibilidades de ajudar.

Segundo Abenhaim (2009), em geral agraciadas com habilidades cognitivas acima do esperado aos demais, são regradas de situações desafiadoras e, de conflitos cognitivos. Devida ao acreditar da escola e dos educadores o não ser capaz destes seres humanos, elencando pena, e não fazer com que sofram demasiadamente. Desacreditam que o desafiar promove a aprendizagem.

Vygotsky (1997), afirma que desafiar está entre a zona de desenvolvimento real e a zona potencial, na zona de desenvolvimento proximal (ZDP). À medida esquece essa ferramenta do desafio com os alunos com deficiência intelectual, a inserção dos mesmos se dará na mesma moldura que esta, acreditando na inclusão, escola para ser inclusa depende muito do olhar de cada um, se permite diferentes olhares, alguns aspectos relevantes outros não.

Múltipla realidade onde adultos querem ensinar jovens, e este jovem tenta aprender dentro de suas possibilidades frente o processo de ensino e aprendizagem, pode florir o fracasso como a vitória. Luckesi 2005 devemos observar, em primeiro instancia,

que a objetivo principal da pratica de avaliação da escola não se detém aos instrumentos, mas na postura pedagógica e ferramentas de práticas de trabalho e avaliação. Considerar os alunos com necessidades educacionais especiais e a análise descrita de sua formação de ensino e aprendizagem é primordial para dar continuidade em sua escolarização.

O aprender, adquirir conhecimento, aprendizagem não pode ser lançado como responsabilidade única do aluno, mas a escola, o professor e o meio também colaboram para que a mesma aconteça de maneira construtiva no dia a dia, estes alunos em sua maioria precisam de mais tempo para a assimilação e a compreensão dos fatos, a aprendizagem requerer material diferenciado, concreto e mais simples ou mais concreto meios mais simples para chegar a base do conteúdo programático.

A Educação Inclusiva tarefa árdua, o professor precisa garantir o aprendizado das matriculas especiais, em atividades diárias do planejamento para a turma toda. Uma educação inclusiva garantida, que apareça no âmbito escolar, e não obscura dá por educadores que resistem a educação especial. Cabe ao currículo promover a mesma diante o desafio nas instituições escolar. “A prática da avaliação da aprendizagem no cotidiano escolar, deve apontar para a busca do melhor para cada educando, por isso deve ser diagnóstica.” (COLL e ONRUBIA, 1999).

Diz Vygotsky (1984), a verdadeira educação: é o despertar na criança o que ela já tem dentro dela, colocando ou dando continuidade à sua vivencia, e a direcionar o desenvolvimento a um caminho ou direção. "Não uma direção de mão única, mas que contemple possibilidades de construção, desconstrução e reconstrução tal como ocorre na arte, mas sempre em interação social" (VYGOTSKY, 2003, p. 201). O que realmente faz a diferença e determina atitudes e um olhar além do que já se sabe, ações do tempo, da história e do ser humano com o ator e reconstrutor, construído edificando seus conceitos. "A aprendizagem e o desenvolver, mais do que interligados não se cruzam a não ser simetricamente. O desenvolver não é estático, nem caminha lado a lado com aprender certo sem se mover a acompanhar como se fosse um objeto projetado". (VYGOTSKY, 1984, p. 79).

A avaliação deve estar inclusa no currículo e não caminhar separado da finalidade escolar, lembrando das políticas públicas, projetos escolares, propostas e nunca se esquecer da diversidade sócio educacional.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Descobrir e perceber o desenho da necessidade que se faz diante estas crianças e redescobrir ou redesenhar novos caminhos para serem trilhados juntos dentro da educação, aplicar e intervir nestas crianças em suas dificuldades.

Professores, escola devem assumir a responsabilidade junto a sociedade, como descrito acima não existe uma formação específica para atender este alunado, para ajudar nas incapacidades manifestadas, agir e trabalhar dentro das habilidades negativas encontradas em cada criança, acreditar no potencial e pedir ajuda a profissionais competentes, para auxiliar no bom desempenho e aprendizagem destas crianças.

A importância desta pesquisa visa que a educação não pode fechar os olhos frente a inclusão as diferenças, precisa conhecer que aprender implica muitas variantes, das mais variados possíveis, representações partindo das origens, dos valores, e sentimentos, no cotidiano escolar, alunos portadores de necessidades educacionais especiais, incluso nas salas de aula comum enfrentam situação de vivencia escolar péssima, à margem de fatos e acontecimentos e das atividades em grupo, pouco se esforça para incluir os mesmos ou se faz em relação as diferença.

A educação escolar precisa dar uma organização sociopsicológica minuciosa nos casos de deficiência; sabendo que as normas gerais de desenvolvimento são as mesmas para todo o alunado, teria que ter objetivos educacionais específicos, ajudando na construção de seres capazes, que acreditassem em seu desenvolvimento e não se manter no que já se sabe, atentar às singularidades e ao tipo de deficiência. Tendo como agentes centrais do processo a incessante sintonia entre a escola e os alunos, a educação, reflexões e intervenção, valorização, construção, entre outras.

Considerando todos os objetivos propostos inicialmente, foram concluídos e em análise e estudos relacionados a essa temática, a abordagem desejada foi abrangida com sucesso, ressaltando de maneira geral todos os pontos necessários para que seja atingido um pensamento sobre o tema de modo preciso.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. (1994) **Política Nacional de Educação Especial: Livro 1**. Brasília: MEC/SEESP

BRASIL, MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília. 1994.  
BRASIL. 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado.

\_\_\_\_\_. **Coordenadoria Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. 1989. Lei federal nº 7.853, Os direitos das pessoas portadoras de deficiência: Decreto nº 914/93. Brasília: CORDE.

\_\_\_\_\_. 1961. **Lei Federal nº 4024/61 de 21 de dezembro de 1961**. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial.

\_\_\_\_\_. 1971. **Lei Federal nº 5692/71 de 12 de agosto de 1971**. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Educação e do Desporto. 1996**. Lei Federal nº 9394/96 de 23 de dezembro de 1996. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial.

\_\_\_\_\_. 1990. **Lei Federal nº 8069. Estatuto da criança e do adolescente. Brasília**.

\_\_\_\_\_. **Educação Infantil - Saberes e Práticas da Inclusão: Dificuldades de Comunicação e Sinalização – Deficiência Física**, SEESP/ MEC, Brasília, 2006.

BUENO, José Geraldo Silveira Bueno. 2004. **Educação especial brasileira, integração/segregação do aluno diferente**. 2ª edição. São Paulo: educ.

CARVALHO Rosita Edler. 1997. **A nova LDB e a educação especial**. Rio de Janeiro: WVA.

\_\_\_\_\_. 1998. **A escola como espaço inclusivo**. In. **IV Congresso de Educação de Presidente Prudente**, Revista de anais. Presidente Prudente.

\_\_\_\_\_, **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”, 5ª Edição**, Porto Alegre, 2007.

\_\_\_\_\_, **A nova LDB e a educação especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

CORREIA, L. M. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares**. Porto: Porto Editora, 1997.

OLIVEIRA, A. A. S. de. **Um diálogo esquecido: a vez e a voz de adolescentes com deficiência**. Bauru/SP: Práxis, 2007.

OMOTE, S. **A integração do deficiente: um pseudoproblema?** Anais da XXIV Reunião Anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto/SP, 1994. PADILHA, A. M. O que fazer para não excluir Davi, Hilda, Diogo... In: GÓES, M. C. R.; : Autores Associados, 2004.

SANTOS Mônica Pereira dos. 1995. **Perspectiva histórica do movimento integracionista na Europa.** Revista Brasileira de Educação Especial.

\_\_\_\_\_.1997. Educação Especial, inclusão e globalização: algumas reflexões. Inês: Espaço.

STAINBACK Susan e STAINBACK William. 1999. **Um guia para educadores.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda. STAINBACK Susan, & STAINBACK, William.. A rationale for merger of special and regular education. In *Exceptional Children*, 51(2), (pp. 102-111), 1984.

TESSARO, Nilza Sanches. **Inclusão Escolar: concepções de professores e alunos da educação regular e especial.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

TELFORD, Charles W. ; SAWEY, James M. **O Indivíduo Excepcional.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

VIGOTSKI, L. S. **Fundamentos da defectologia** (Obras escogidas), v. V. Madrid: Visos, 1997.